

A Pós-Graduação em Extensão Rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Economia Rural, Campus Universitário, Viçosa – MG. CEP: 36570-000. sheila@ufv.br

** Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro de Ciências Rurais, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. rssouza@smail.ufsm.br

¹ Este artigo faz parte do projeto Diagnóstico da Pós-graduação em Ciências Agrárias no Brasil.

Sheila Maria Doula*
Renato Santos de Souza**

Resumo

Este texto¹ tem como objetivo elaborar um diagnóstico dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural no País. Após traçar a evolução histórica e o perfil atual dos programas, são analisadas as especificidades e dificuldades enfrentadas, bem como os desafios e as perspectivas para a criação de cursos de doutorado, ainda inexistentes no Brasil.

Palavras-chave: Extensão Rural. Pós-graduação. Mestrado.

Graduate study in Rural Extension in Brazil: profile, difficulties and perspectives

Abstract

The aim of this article is to analyze graduate study in Rural Extension in the country. After outlining the historical evolution and the current situation of these programs, their specificities and difficulties are examined and the challenges and perspectives of creating doctoral programs in the field (which do not as yet exist in Brazil) are discussed.

Keywords: Rural Extension. Graduate Programs. Master's Degree.

1. Introdução

A Extensão Rural é uma especialidade essencialmente interdisciplinar. Ela se fundamenta teórica e metodologicamente em diversas subáreas das chamadas ciências sociais aplicadas e das ciências humanas, e aplica estes conhecimentos, no âmbito das ciências agrárias, aos problemas da extensão voltada ao meio rural. Algumas destas subáreas são a própria Extensão Rural, a Economia Rural, a Administração Rural, a Sociologia Rural, a Antropologia

Rural, a Comunicação Rural, dentre outras. Utilizando uma citação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), emitida por seus avaliadores na ficha de avaliação do triênio 2001-2003, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), define-se que a Extensão Rural “possui uma forma de abordagem multidisciplinar, diferente da abordagem disciplinar sobre uma área de conhecimento específico”.

Existem atualmente no Brasil três cursos de pós-graduação em Extensão Rural, dois mais antigos, da Universidade Federal de Viçosa (criado em 1968) e da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (criado em 1975), e um mais recente, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (criado em 2003), todos em nível de mestrado. Os dois primeiros cursos surgiram exatamente no período de mais intensa modernização da agricultura brasileira, ocorrida após a reforma do crédito rural de 1964. Naquele período, a Extensão Rural era parte central das políticas de modernização e estava articulada à política de crédito rural subsidiado e abundante da época. Era natural, assim, que no seu surgimento ela estivesse fortemente associada à difusão de inovações tecnológicas no campo, o que ficou conhecido como “abordagem difusionista” da Extensão Rural.

Desde a sua criação, contudo, os cursos de pós-graduação em Extensão Rural têm procurado transformar e consolidar essa área de conhecimento em razão das mudanças porque tem passado a agricultura, bem como das novas exigências e desafios inerentes à necessidade de promoção do desenvolvimento rural sustentável; assim, a área tem revisado seu modelo de atuação e se distanciado do paradigma difusionista, incorporando aos seus conteúdos um conjunto pluralista de abordagens de extensão, que levam em conta o novo contexto agrário, econômico e social sobre o qual atuam ou irão atuar os extensionistas.

É importante esclarecer, já no início deste artigo, que o objetivo aqui não é discutir as políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural nem as práticas extensionistas de outros atores sociais – o que certamente nos desviaria do propósito desta Revista –, mas sim analisar as mudanças e os desafios de uma área de conhecimento, da forma como está sendo consolidada em seus cursos de Pós-Graduação.

2. Dados históricos dos cursos de Pós-Graduação em Extensão Rural

Os três cursos de Pós-Graduação em Extensão Rural no Brasil estão localizados em diferentes regiões: Nordeste, Sudeste e Sul, de forma que se encontram bem distribuídos regionalmente.

Historicamente, os cursos mais antigos de Extensão Rural vêm demonstrando capacidade de adaptação e reorganização, visando incorporar as orientações da Capes no que se refere à operacionalidade dos programas, atender às demandas sociais dos alunos e também criar novas configurações de atuação prática que o universo rural vem exigindo do profissional extensionista.

A Tabela 1 demonstra que os cursos da UFV e da UFSM sofreram nos últimos cinco anos uma oscilação quanto à oferta de professores, o que influenciou por sua vez a oscilação do número de discentes nesses programas. O número de professores atualmente trabalhando nos cursos é bastante semelhante, entre 11 e 12 docentes no total. Observa-se que o Curso da UFSM apresentou uma variação grande no número de docentes, fruto da renovação dos quadros ocorrida nos anos 1990 e início de 2000, tendo se estabilizado recentemente. Essa renovação do quadro docente também se intensificou no programa da UFV a partir de 2003, com a realização de novos concursos.

Tabela 1. Evolução histórica dos indicadores nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV e da UFSM (1999-2004)

Item	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	UFV	UFSM	UFV	UFSM	UFV	UFSM	UFV	UFSM	UFV	UFSM	UFV	UFSM	UFV	UFSM
Conceito do Programa	5	3	5	3	5	4	5	4	5	4	-	-	-	-
Áreas de Concentração	4	2	4	2	4	2	2	2	2	2	2	2	2	1
Linhas de Pesquisa	22	5	22	5	22	5	4	5	4	5	4	5	4	3
Docentes	14	18	14	17	14	9	11	8	13	10	12	12	14	13
-NRD6*/	11	10	14	9	14	7	11	8	13	8	10	9	12	11
Permanentes-Demais	3	8	0	8	0	2	0	0	0	2	2	3	2	2
Discentes	48	25	39	32	32	35	31	45	35	41	43	19	34	30
Bolsas	16	10	14	09	16	09	15	06	17	02	13	05	18	07
Titulados	14	5	15	7	13	21	10	8	9	31	11	9	13	10
Produção Bibliográfica	51	47	68	42	48	69	57	141	33	119	48	141	58	126

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural.

* Núcleo de Referência Docente.

O número de bolsas tem permanecido estável, o que contribui para que as oscilações não se tornem mais drásticas. Entretanto, esse número não é suficiente; no caso do Programa da UFV, por exemplo, pode-se verificar que as bolsas correspondem a aproximadamente 50% do número de alunos matriculados. Essa porcentagem é mais desfavorável no programa da UFSM, pois em 2004 apenas 26,3% dos

alunos obtiveram bolsa de estudo e em 2005, somente 23,3%. Se, por um lado, essa defasagem pode colocar em risco a permanência dos alunos não contemplados, que são mais facilmente atraídos por ofertas de emprego, há que se ressaltar, por outro lado, que os Programas não têm apresentado taxas de abandono significativas, o que se justifica pelo alto índice de reconhecimento sobre a importância que o nome dos cursos e das instituições representa para o futuro profissional dos mestrandos.

Com relação ao número de vagas por ano, os cursos apresentam número semelhante, 20 na UFV e 15 na UFSM e na UFRPE, o que totaliza 50 vagas em todo o País nos três programas.

O número de alunos em 2005 era similar entre as três instituições, variando de 30 a 43 em cada curso, somando 110 alunos no total dos três cursos. Observa-se que os cursos da UFV e UFSM apresentaram trajetórias inversas no número de alunos desde 1999. O Curso da UFV reduziu o número de alunos entre 1999 e 2002, voltando a aumentar posteriormente, enquanto que o Curso da UFSM, em razão da abertura de turmas fora de sede (mestrado interinstitucional em convênio com a Universidade de Cruz Alta – Unicruz-RS e com a Escola Técnica Federal de Sombrio-SC), aumentou o número de alunos entre 1999 e 2002, vindo a reduzir posteriormente na medida em que os alunos destas turmas titulavam-se, e aumentando novamente entre 2004 e 2005.

Pelas mesmas razões, o número de titulados também apresentou a trajetória descrita para o número de alunos nas duas instituições, UFV e UFSM, sendo que no ano de 2004 foi de 9 e 11 na UFSM e UFV, respectivamente. O Curso da UFRPE não havia titulado nenhum aluno ainda até meados de 2005, quando os dados foram coletados.

Vale ressaltar que a demanda de alunos nos processos seletivos vem aumentando. Assim, por exemplo, no programa da UFV em 2005 houve 56 inscritos, número que quase duplicou no processo seletivo de 2006, com 92 inscrições. Por esse motivo, o programa da UFV requisitou aumento do número de vagas, estando atualmente com 28.

3. Características curriculares dos Programas de Extensão Rural

Os cursos de Extensão Rural atualmente apresentam estruturas curriculares que contemplam conhecimentos teóricos e metodológicos de diferentes áreas, como forma de capacitar os extensionistas para interpretar e agir não só na dimensão técnica, mas também nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental do espaço rural. Os dados da Tabela 2, referentes às disciplinas oferecidas em cada um dos Cursos e ao perfil do corpo docente em termos

de áreas de formação em nível de doutorado, mostram o caráter plural e multidisciplinar do ensino de Extensão Rural atualmente desenvolvido nos três cursos existentes no Brasil.

Tabela 2. Número de docentes por área de formação em nível de Doutorado nos cursos de Pós-Graduação em Extensão Rural (2004)

UFV	UFMS	UFRPE
Sociologia	5	Administração 2 Comunicação 4
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	4	Comunicação 1 Sociologia 4
Antropologia Social	1	Educação 1 Antropologia 1
Administração Rural	1	Sociologia 1 História Social 1
Ciências da Comunicação	1	Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade 1 Ensino da Física 1
Economia	1	Direito 1 Ciências da Educação 1
		Engenharia Agrícola 1 Livre Docente 1
		Extensão Rural 1
		Engenharia de Produção 1
		Manejo de Recursos 1
		Desenvolvimento Sustentável 1

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Essa formação multidisciplinar dos professores/pesquisadores tem permitido a criação e consolidação de competências e habilidades que fazem do extensionista rural um profissional diferenciado e capacitado para compreender as várias dimensões da vida social que são afetadas pelos projetos de desenvolvimento; por outro lado, também permite a complementação acadêmica de alunos provenientes de outras áreas de conhecimento, que procuram nesses programas uma fundamentação humanística e de interfaces interdisciplinares que ampliem sua formação técnica. O rol de disciplinas oferecidas pelos três programas de pós-graduação (Tabela 3) permite visualizar melhor essa matriz multidisciplinar:

Tabela 3. Disciplinas oferecidas nos cursos de Pós-Graduação em Extensão Rural

UFV	UFSM	UFRPE
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de Pesquisa • Geração de Tecnologia • Conhecimentos e Intervenção Social • Planejamento e Administração Estratégica • Lógica da Ação Coletiva e Instituições • Antropologia e Sociologia da Vida Econômica • Estado e Políticas Públicas • Sociologia Rural • Antropologia Social • Sociologia do Desenvolvimento • Campesinato, Cultura e Sociedade • Teoria das Representações Coletivas • Geração de Tecnologia • Conhecimentos e Intervenção Social • Formação Histórica, Econômica e Jurídica da Estrutura Agrária Brasileira • Teoria Sociológica • Sociologia Política das Sociedades Agrárias • Gestão de Projetos de Pesquisa • Complexo Agroindustrial e Marketing Rural • Amostragens e Testes Não-paramétricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão Rural Avançada • Teorias e Estratégias em Desenvolvimento Rural • Metodologia da Pesquisa em Desenvolvimento Rural • Métodos Quantitativos em Ciências Sociais • Agricultura Familiar e Sustentabilidade • Estudos Sociológicos e Mundo Rural • Comunicação e Mobilização Social • Governança Rural, Democracia e Desenvolvimento • Política e Legislação Agroambiental • Planejamento e Gestão de Projetos de Desenvolvimento Rural • Processos Econômicos na Agricultura • Análise de Cadeias Produtivas • Economia e Gestão Ambiental • Princípios de Simulação Aplicados à Agricultura • Parceria Rural-Urbana e Desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e Culturas Populares • Extensão Rural • Fundamentos da Comunicação e do Desenvolvimento Local • Metodologia da Pesquisa em Extensão Rural • Análise do Discurso • Antropologia e Identidades Culturais • Comunicação e Informação Científica para o Desenvolvimento • Economia Social e Terceiro Setor • Folkcomunicação • Imaginário e Cotidiano Rural • Metodologia do Ensino Superior em Extensão Rural • Sociologia Rural e Associativismo

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural.

A análise desses dados permite observar que atualmente os Programas de Pós-Graduação vêm desenvolvendo uma discussão crítica da própria história da Extensão Rural no Brasil, desde o momento em que se consolidou como difusora de tecnologias,

sob a égide do Estado, até o presente, quando a Extensão Rural encontra-se inserida num contexto mais amplo de programas de desenvolvimento local/territorial, interagindo com um conjunto mais diversificado de mediadores sociais.

Tendo como principal objetivo a capacitação de técnicos que contribuam para a inclusão social das populações rurais por meio de processos participativos que as capacitem a intervir e atuar nos projetos de desenvolvimento rural, os Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural nortearam suas concepções e ações no sentido de formar profissionais que sejam mediadores habilitados para atuar na organização dos grupos sociais, potencializando não só o seu acesso às esferas públicas, privadas e não-governamentais, mas também seu poder de negociação nos processos decisórios das políticas públicas.

3.1 Linhas de pesquisa

Quanto às temáticas tratadas, os cursos apresentam um perfil básico semelhante, com diferenças apenas na ênfase dada a determinados aspectos.

1. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural (PMER) – UFV

Áreas de concentração e linhas de pesquisa

Área 1 – Instituições Sociais e Desenvolvimento

- Linha de pesquisa 1: Governança de Recursos Comuns e Desenvolvimento Sustentável
- Linha de pesquisa 2: Redes Sociais e Processos de Comunicação

Área 2 – Cultura, Processos Sociais e Conhecimento

- Linha de pesquisa 3: Identidades e Representações Coletivas
- Linha de pesquisa 4: Construção de Saberes: Conhecimento Local e Ciência

2. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural (CPGER) – UFSM

Área única – Extensão Rural e Desenvolvimento

- Linha de pesquisa 1: Dinâmicas Econômicas e Sustentabilidade na Agricultura
- Linha de pesquisa 2: Processos de Inovação Sociotecnológica e Ação Extensionista

- Linha de pesquisa 3: Dinâmicas Socioambientais e Estratégias de Desenvolvimento Rural

3. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) – UFRPE

Área Única – Extensão Rural

- Linha de pesquisa 1: Políticas e Estratégias de Comunicação
- Linha de pesquisa 2: Extensão Rural para o Desenvolvimento Local

Essa estruturação entre áreas e linhas permite observar que o Curso da UFRPE aparentemente concentra-se mais no estudo da atividade de Extensão Rural propriamente dita e da Comunicação Rural como estratégias de desenvolvimento local, temas que também são tratados nos outros cursos, mas não de forma centralizada. O Curso da UFV enfoca a Extensão principalmente a partir da Sociologia Rural e da Antropologia Social Rural, concentrando-se principalmente no estudo das instituições, agentes sociais, cultura e construção de saberes no meio rural. Finalmente, o Curso da UFSM, que também desenvolve as temáticas anteriores, acrescenta ainda uma linha de pesquisa voltada às dinâmicas econômicas da agricultura e ao estudo da economia e da gestão de negócios agrícolas.

Dessa forma, pode-se dizer que, no seu conjunto, os três cursos contemplam os seguintes temas:

- instituições, organizações rurais e desenvolvimento local;
- cultura, processos sociais e identidades no campo;
- inovação tecnológica e saber tradicional;
- desenvolvimento rural e sustentabilidade;
- comunicação rural e ação extensionista;
- negócios agrícolas e dinâmicas econômicas na agricultura.

O número de áreas de concentração varia entre 1 e 2, e o número de linhas de pesquisa entre 2 e 4, o que demonstra que atualmente os cursos têm linhas de pesquisa com um bom nível de agregação. Os cursos da UFV e da UFSM fizeram o esforço nos últimos anos para reduzir suas linhas de pesquisa, que no caso da UFV chegou a 22 linhas e da UFSM a 5. Hoje estes cursos têm 4 e 3 linhas de pesquisa, respectivamente.

Analisando-se as temáticas abordadas nos três programas, o perfil profissional multidisciplinar dos docentes e as disciplinas oferecidas, considera-se que a Pós-Graduação em Extensão Rural tem oferecido um leque variado de opções teóricas e metodológicas que facilita ao aluno uma compreensão mais aprofundada da

realidade rural brasileira e que o capacita a combinar formas de trabalho intelectual e prático. Tendo sempre em mente a responsabilidade profissional e social do extensionista em suas intervenções no mundo rural, os programas de Extensão Rural existentes no País têm respondido de forma eficaz às necessidades urgentes de formar profissionais que contribuam para o exercício da cidadania de grupos excluídos e que colaborem também para o aumento da eficiência de serviços oferecidos pelos setores públicos e privados a esses segmentos sociais.

A eficácia dessa formação acadêmico-profissional é altamente reconhecida e pode ser atestada pela rápida absorção dos alunos egressos, que encontram facilmente colocação seja em órgãos governamentais, Organizações Não-governamentais (ONGs), cooperativas e também nas universidades. Essa constatação tem contribuído, inclusive, para que egressos, instituições governamentais e outras organizações cobrem insistentemente a criação do nível de doutorado nesses programas, notadamente nos mais antigos.

Embora haja no País alguns outros cursos ou áreas de concentração aparentemente similares às propostas dos programas de Extensão Rural (por exemplo, os cursos de Desenvolvimento Rural e de Agonegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; a linha de pesquisa Estudos Socioeconômicos e Ambientais da área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável da Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp –, e o Curso de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ), é importante ressaltar que a diferença entre esses cursos e os da Extensão Rural reside na ênfase dada à formação teórico-acadêmica ou à formação teórico-prática, sendo esta última a prioridade dos programas de Extensão, dado que o extensionista rural atua preferencialmente na intervenção social.

4. Produção Bibliográfica

Quanto à produção bibliográfica, observa-se um volume relativamente reduzido de publicações em periódicos, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4. Produção bibliográfica dos Cursos de Pós-Graduação em Extensão Rural (2004)

	UFV	UFSM	UFRPE
Conceito Capes	5	4	3
Número de docentes	12	12	11
• Permanentes	10	9	11
• Outros	2	3	0
Produção científica total	48	141	55
• Artigos em periódicos*	13	10	5
– Trabalhos em eventos	19	109	29
– Artigos completos	12	50	20
– Resumos expandidos	1	20	2
– Resumos	6	39	7
• Livros	14	20	20
– Completos	1	0	4
– Capítulos e coletâneas	13	20	16
• Outros	2	2	1

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural.

* Inclui artigos com Qualis nas Ciências Agrárias, periódicos caracterizados como “impróprios” e os retificados para outras categorias.

A discrepância verificada no indicador de produção científica se deve, provavelmente, à interpretação diferenciada que os programas têm sobre o lançamento ou não na Coleta de produções como resumos, por exemplo, que não são contabilizados pela Capes.

A baixa produtividade em publicações, quando comparada aos índices dos outros programas da grande área das Ciências Agrárias, pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a) pelo inexpressivo número de revistas disponíveis para os temas tratados nos cursos de Extensão Rural, principalmente com Qualis recomendável na área de Ciências Agrárias (não há periódicos com Qualis A nas Ciências Agrárias dedicados aos temas da Extensão Rural);
- b) porque revistas de outras áreas (como de Sociologia, Antropologia, Economia, Administração, Comunicação etc.), que muitas vezes são mais adequadas aos temas tratados nos

cursos de Extensão Rural, têm seus conceitos reclassificados pela área das Ciências Agrárias. Como se pode verificar que, na listagem divulgada em agosto de 2005, encontravam-se as seguintes reclassificações: *Revista Estudos Econômicos*, que é “A” nas áreas de Administração/Turismo, Economia, História e Multidisciplinar, mas “C” nas Ciências Agrárias; *Revista de Economia e Agronegócio*, que é “A” na área de Economia, mas “C” nas Ciências Agrárias; *Revista de Economia e Sociologia Rural*, que é A nas áreas de Economia e Multidisciplinar, mas “B” na de Ciências Agrárias.

Observa-se também que o maior volume de publicações se dá em anais de eventos das áreas e em livros específicos, o que se deve, em parte, à própria escassez de periódicos científicos que contemplem a Extensão Rural no Qualis das Ciências Agrárias.

Além disso, outro fator que leva a esta condição é a importância que os congressos e os livros ainda têm para veicular os conhecimentos relativos à Extensão Rural. No caso dos congressos, há alguns bastante antigos e tradicionais, como o da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercon) e da Associação Latino-americana de Sociologia Rural (Alasru), freqüentados pelos melhores pesquisadores da área, que publicam artigos integrais e têm rigorosos procedimentos de *blind review* para a aprovação de trabalhos, o que faz dos anais destes eventos, que tem grande circulação na comunidade acadêmica especializada, a melhor compilação dos conhecimentos produzidos na área a cada ano.

No caso dos livros, a principal razão é que são a melhor forma de atingir os públicos locais e regionais, e públicos não-acadêmicos (extensionistas, agentes de desenvolvimento rural e agentes econômicos e sociais rurais), que são os principais usuários dos conhecimentos desenvolvidos nos cursos de Extensão Rural. Além disso, pode-se verificar facilmente nas ementas das disciplinas e nas dissertações defendidas nos programas de Extensão Rural que a utilização de livros e capítulos é a regra.

Finalmente, cabe lembrar que os Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural no País possuem apenas o nível de Mestrado, o que se converte em uma penalização para esses programas, notadamente na avaliação do item de publicação discente. Pesquisa informal realizada na UFV, a partir de gráficos de produtividade dos programas, demonstrou que aqueles que apresentam maior produção bibliográfica são os que possuem Doutorado e que contam com seus alunos desse nível para reforçar a participação em periódicos melhor qualificados.

5. Situação dos egressos

A totalidade dos egressos dos programas da UFV e da UFSM no período compreendido entre 2004 e junho de 2006, ou seja, 62 egressos, com exceção de apenas um não-localizado, encontra-se trabalhando nos mais diversos setores públicos e privados, o que reforça a importância da vocação multidisciplinar das linhas de pesquisa de ambos os cursos. Como se pode observar pelo Gráfico 1, esses egressos concentram-se em atividades relacionadas ao ensino (em universidades públicas, universidades privadas, escolas agrotécnicas e outras) e à administração pública. Um número menor de egressos desenvolve atividades profissionais em empresas privadas e ONGs ou está cursando o doutorado.

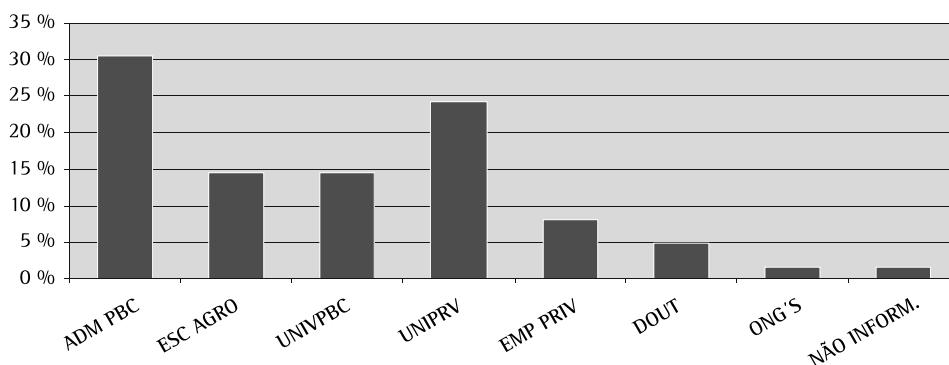


Gráfico 1. Destino dos egressos dos programas de mestrado da UFV e da UFSM (2004 a junho de 2006)

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Tal performance aponta para uma boa sintonia entre a formação propiciada pelos Programas e as demandas apresentadas pela sociedade, seja na esfera do ensino, da pesquisa, da administração pública ou nas questões relacionadas aos setores privados produtivos. O certo é que os egressos encontram colocação profissional com relativa facilidade em áreas de grande competição e concorrência, não enfrentando situações de desemprego. Tal perspectiva tem sua dimensão ampliada quando se observa que todos os egressos que concluíram o curso em 2006 encontram-se trabalhando no setor de ensino público e privado, apesar do pouco tempo de término do curso.

Outro fator importante em relação ao destino dos egressos dos Programas refere-se aos locais onde eles vão aplicar os conhecimentos obtidos durante a formação na pós-graduação. No período citado, os egressos foram atuar em 14 Estados da Federação e no Distrito Federal, conforme se pode observar no Gráfico 2. Apesar da concentração de egressos em ocupações nos Estados

de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, observa-se também uma significativa presença destes em Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste. Em Minas Gerais, por exemplo, os egressos estão distribuídos em 14 municípios.

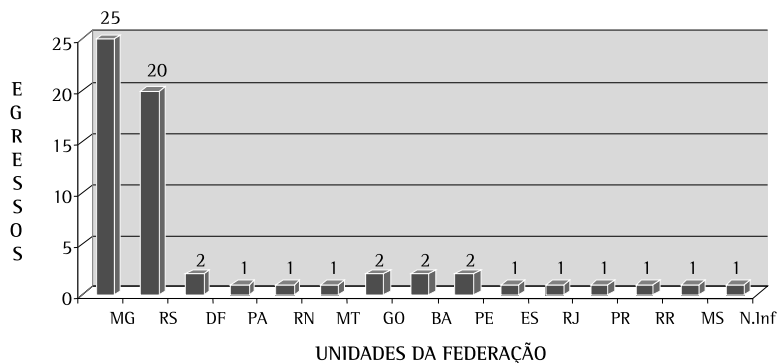


Gráfico 2. Unidades da Federação onde atuam os Egressos do Mestrado em Extensão Rural da UFV e da UFSM (2004 a Junho de 2006).

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural.

6. O Doutorado em Extensão Rural: uma necessidade urgente

Os Programas da UFV e UFSM têm planos de curto prazo para o reencaminhamento de propostas para abertura do Doutorado, pois esta é uma aspiração antiga e um caminho natural para quem já construiu uma tradição de mais de 30 anos de pós-graduação na área. No caso da UFSM, já há uma comissão designada pelo Colegiado do Curso trabalhando no projeto do Doutorado. É importante lembrar que ambos os cursos já fizeram, no passado recente, tentativas de abrir tais cursos, porém sem obter sucesso. Para a proposta da UFSM, o insucesso deveu-se a problemas estruturais que o curso apresentava na época em função de dificuldades na renovação do quadro docente. No caso da proposta da UFV, a ênfase da negativa recaiu na baixa produtividade em publicações. Hoje, porém, os cursos reúnem melhores condições para enfrentar esse desafio e não se justifica mais, perante o quadro de pós-graduação no País, que programas tradicionais e fundadores permaneçam apenas com o mestrado.

Além dos problemas já apontados que dificultam nossos índices de publicação, é importante destacar que muitas das atividades desenvolvidas nos Programas de Extensão Rural acabam se tornando invisíveis e não são consideradas pelos atuais critérios de produtividade da Capes, os quais privilegiam apenas a publicação em determinados tipos de meios, fazendo com que se crie em torno

desses programas uma imagem de improdutividade, sendo essa a justificativa para a negação das propostas de doutorado.

Dado que a extensão, como o próprio nome indica, é o ponto forte dos Programas, esse campo de atividade deveria ser mais bem pontuado pela Capes para fazer jus ao trabalho realmente desempenhado pelos professores. Atividades como reuniões com pequenos produtores rurais, assentados, atingidos por barragens, sindicatos e movimentos sociais, acompanhando processos de organização social (que são longos e não previsíveis quanto aos seus resultados); palestras, cursos informais e mesmo a confecção de material didático para ser usado em campo junto a essa população, não são valorizados nos relatórios e muitos professores sequer lançam tais atividades por falta de comprovação formal. Entretanto, são essas atividades que permitem aos extensionistas cumprir seus objetivos de divulgação científica, de possibilitar o acesso de grupos leigos a tecnologias desenvolvidas nas universidades, de contribuir para a organização dos vários segmentos sociais rurais marginalizados e de colaborar para o *empowerment* desses grupos. As atividades por excelência do extensionista não geram resultados que possam ser necessariamente e rapidamente transformados em artigos, ainda que contribuam para a consolidação de experiências, mas cumprem uma valiosa contribuição social, que não pode ser avaliada por parâmetros quantitativos como os utilizados atualmente.

Além disso, apesar de os professores dos programas de extensão rural possuírem uma formação variada dentro das Ciências Humanas, no programa de Extensão Rural esses profissionais têm que aliar à sua formação teórica um lado prático e intervencionista que os afastam das disciplinas “puras”, passando a atuar na Antropologia Aplicada, na Sociologia Aplicada etc, e com um viés especificamente rural. Por isso, em um País com graves problemas e conflitos sociais no campo, mas que reafirma constantemente sua vocação agrícola, torna-se incompreensível que os profissionais que atuam (na teoria e principalmente na prática) nessa esfera se encontrem limitados em seu crescimento institucional-acadêmico, quando a eficiência desses programas já foi comprovada por outros crivos, inclusive pelo reconhecimento público das próprias populações com as quais os programas trabalham.

7. Considerações sobre o processo de avaliação dos Cursos

A avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem sido de grande valia para a melhoria de qualidade dos programas de pós-graduação no Brasil, pois fornece uma diretriz para que estes possam buscar uma gestão mais objetiva. A avaliação é também um elemento externo que ajuda a sensibilizar

a comunidade interna dos programas para a necessidade de mudança e melhoria contínua.

Porém, é preciso considerar que os critérios de avaliação necessitam ainda ser aperfeiçoados. No que tange à área de Extensão Rural, compatibilizar a produção bibliográfica aos periódicos bem classificados no Qualis da área de Ciências Agrárias talvez seja o maior problema. Assim, os cursos se vêem com dificuldades para atender aos critérios da área neste quesito da avaliação, tanto pela falta de um veículo próprio de divulgação dos conhecimentos gerados pela Extensão Rural, como pela reclassificação dos periódicos pelo Qualis das Ciências Agrárias, fatores esses que têm gerado grande insatisfação entre os pesquisadores dos programas.

Esta situação tem sido reconhecida pela própria Capes que, conforme consta na ficha de avaliação do triênio 2001-2003 do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV, reconhece que as especificidades dos conhecimentos e da abordagem utilizada pela Extensão Rural “leva [m] a que os veículos para a publicação sejam reduzidos na área”. Face a isto, na mesma ficha de avaliação, a comissão avaliadora deixa a indicação de que, para o próximo triênio, 2004-2006, “para a aferição da produção intelectual da subárea de conhecimento Extensão Rural serão considerados livros, capítulos de livros, artigos em periódicos (independente da classificação no Qualis) e trabalhos publicados em anais de congressos científicos”. Esta interpretação que tem sido dada para a área pelas comissões de avaliação é que tem permitido aos cursos de Extensão Rural obter boas avaliações em sua produção intelectual. Porém, ressalta-se que a sobrevivência desses cursos na área das Ciências Agrárias depende de que esta continue a dar um tratamento diferenciado a eles.

Assim, para que a área de Extensão Rural não seja prejudicada, apresentamos quatro recomendações:

- a) que a Capes continue a usar a interpretação da comissão de avaliação do triênio anterior citada acima, acatando a sua sugestão em relação à avaliação dos próximos triênios, pois além de os programas já estarem se planejando levando em conta esta perspectiva, isto permitiria, em curto prazo, compensar as enormes deficiências na disponibilidade de periódicos da área no Qualis das Ciências Agrárias;
- b) que a Capes reconheça essa deficiência de veículos de publicação para a área bem como os prejuízos que sofrem periódicos de outras áreas quando avaliados pelo Qualis das Ciências Agrárias, e no futuro proceda em dois sentidos, concomitantemente: 1) que seja utilizado o conceito atribuído aos periódicos pelo Qualis da sua área de origem, pois este provavelmente seja aquele que melhor expressa a qualidade daquele veículo de uma maneira geral; 2) que seja adicionado,

por indicação dos cursos de Extensão Rural, ao Qualis das Ciências Agrárias no nível “A” Internacional e Nacional, um conjunto de periódicos de reconhecida qualidade de outras áreas, que sirvam de veículos para as publicações da área (procedimento que, aliás, já é utilizado em outras áreas do conhecimento);

- c) que a área de Ciências Agrárias crie procedimentos de pontuação e inclusão de publicação de capítulos e livros na avaliação dos Programas de Extensão Rural; e
- d) que a Capes estabeleça critérios que valorizem mais as atividades de extensão.

8. Considerações finais

Entendemos, por fim, que a Extensão Rural deve continuar a pertencer à área de Ciências Agrárias, pois além de assim estar alocada, de larga data, como área do conhecimento, a produção intelectual dos seus cursos é efetivamente uma Ciência Agrária, mesmo que se utilize de teorias e métodos de diversas outras áreas (mas isto não é diferente do que faz a Veterinária, por exemplo, que se utiliza de teorias e métodos comuns também à área de Saúde, ou a Engenharia Agrícola, que se utiliza de teorias e métodos das Engenharias).

Sugerimos, porém, que a Extensão Rural deixe de ser uma subárea da Agronomia e faça parte de uma área nova dentro das Ciências Agrárias, que contemple o conjunto de conhecimentos baseados nas Ciências Sociais Aplicadas e Humanas voltados ao desenvolvimento rural. Essa proposta, aliás, já foi encaminhada à comissão integrada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Capes e Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) que elabora a nova tabela de áreas de conhecimento.

Justificamos tal proposição por três razões. Primeiro, porque a Extensão Rural se articula com várias outras áreas do conhecimento dentro da Grande Área de Ciências Agrárias, como Zootecnia, Tecnologia de Alimentos, Veterinária, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola, o que torna inadequada a sua alocação como uma subárea de qualquer uma delas. Normalmente os conhecimentos de Extensão Rural extrapolam as fronteiras das áreas, sendo aplicados também pelas demais áreas das Ciências Agrárias. No nosso entender, portanto, não há como confiná-la a uma área apenas sem perder o seu caráter de interdisciplinaridade e de transversalidade.

Segundo, porque a Extensão Rural utiliza, como já mencionado, referenciais teóricos e metodológicos das Ciências Sociais e Humanas, conhecimentos estes que estão atualmente diluídos dentro de

várias outras áreas e grandes áreas, e também nas especialidades pela proposta apresentada para reformulação das áreas do conhecimento. Ela utiliza esses conhecimentos na intermediação entre o desenvolvimento científico e o tecnológico das demais áreas das Ciências Agrárias e os agentes econômicos e sociais rurais, na busca do desenvolvimento rural sustentável. Portanto, a Grande Área de Ciências Agrárias continua a ser o local ideal para a Extensão Rural, mas seria mais adequado se ela estivesse aportada em uma área própria que reunisse esses conhecimentos das Ciências Sociais e Humanas utilizados nas Ciências Agrárias. Esta área poderia se chamar, por exemplo, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento e Extensão Rural, ou ainda Socioeconomia Rural, e ter como subárea a Extensão Rural, dentre outras.

Existem, por sinal, vários cursos de pós-graduação que trabalham com as temáticas similares à Extensão Rural, como Desenvolvimento Rural e Agronegócio, por exemplo, e que estão alocados como multidisciplinares dentro das áreas da Capes por não encontrarem um melhor enquadramento específico dentro das atuais áreas de conhecimento, o que prova que as áreas existentes dentro das Ciências Agrárias têm sido insuficientes para contemplar o atual perfil da pós-graduação em Extensão Rural.

E terceiro, em muitas universidades brasileiras, como é o caso da UFSM e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), por exemplo, os conhecimentos que estamos propondo que façam parte dessa nova área estão concentrados em um mesmo departamento dentro dos centros ou faculdades de Ciências Rurais ou Agrárias, o que sugere que nestas comunidades acadêmicas eles já são tratados como uma área específica de conhecimento.

Assim, entendemos que a criação dessa nova área na Capes, localizada dentro da Grande Área de Ciências Agrárias, poderia equacionar os problemas descritos anteriormente relativos aos parâmetros de avaliação da produção bibliográfica da Extensão Rural, permitindo um tratamento mais equânime e justo a esses cursos. De outro lado, poderia trazer para dentro da área de Ciências Agrárias outros cursos que, assim como todos os que já pertencem à área, também têm como objetivo gerar conhecimentos para o desenvolvimento sustentável do meio rural. Isso, além de contribuir para dotar as Ciências Agrárias de maior poder político dentro da Agência, certamente enriqueceria mais ainda o conjunto vasto de conhecimento que já integra esta grande área.

Para finalizar, chamamos a atenção para o fato de a Extensão Rural não contar com pesquisadores nos seus Comitês de Avaliação da Capes e do CNPq, seja para as avaliações dos próprios programas, seja para avaliação de propostas de projetos de pesquisa. Dessa forma, esses pesquisadores geralmente acabam apresentando projetos nas

áreas de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas, migrando esse tipo de produção para outras áreas, o que certamente representa um prejuízo para a grande área de Ciências Agrárias. Isso seria facilmente resolvido com a criação de uma área para a Extensão Rural, pois é para as Ciências Agrárias que esses programas pretendem contribuir.

Recebido² em 22/6/2006

Aprovado em 27/11/2006

² Uma vez que a revista passou a ser semestral alguns artigos que foram apresentados no primeiro semestre de 2006, após o fechamento da RBPG nº 5, somente foram encaminhados para avaliação posteriormente.

Referências

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufsm&Ano=2000>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufv&Ano=2000>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=0&IES=ufrpe&Ano=2004>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufv&Ano=2003>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufsm&Ano=2003>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufv&Ano=2002>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufsm&Ano=2002>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufv&Ano=2004>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufsm&Ano=2004>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufv&Ano=2001>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Servicos/Indicadores/Dados/FiltraArquivos.idc?Area=42&IES=ufsm&Ano=2001>>. Acesso em: 22 abr. 2006.